

## **Ato de lançamento do Movimento pelas reformas democráticas**

No dia 20/02/2008, reuniram-se em Brasília representantes dos partidos políticos progressistas e suas respectivas fundações para o lançamento do Movimento pelas reformas democráticas. O movimento promoveu também debates temáticos sobre as reformas urbana, agrária, política e da educação.

Leia a íntegra das intervenções de Ricardo Berzoini, presidente do PT, Renato Rabelo, presidente do PCdoB, Cristovam Buarque, representante da bancada do PDT no Senado, Rodrigo Rollemberg, líder do PSB na Câmara, Maurício Rands, líder do PT na Câmara, Vieira da Cunha, primeiro vice-presidente do PDT, Cleber Verde, representando a executiva nacional do PRB, Renato Casagrande, líder do PSB no Senado Federal e representante nacional do PSB, e Adalberto Monteiro, falando em nome das fundações.

**Adalberto Monteiro**, presidente do IMG – “A trajetória de luta pela democracia do país é parte integrante do itinerário de mais de cinco séculos que forjou o Brasil e os brasileiros. A resultante que se apresenta no início deste século 21, é uma pátria relevante no cenário internacional, pujante de riqueza, a 10ª economia do mundo. Mas ainda é marcada profundamente pelas desigualdades sociais e pelas assimetrias regionais. Esse percurso contraditório nos legou um patrimônio imaterial valioso, originando em grandes parcelas do nosso povo a convicção de que a democracia, além da liberdade política, abarca ao direito do povo a uma vida digna num país soberano e desenvolvido.

O presidente Lula vence em 2002 e se reelege em 2006 com programas derivados dessa concepção de democracia. Pode-se afirmar, transcorrido pouco mais de um ano do segundo mandato, alicerçado em números das estatísticas e também em dados da vida, que a democracia avançou nos últimos 5 anos, tanto no seu conteúdo político quanto no seu conteúdo social. Além do que, a soberania nacional – base elementar da própria existência de uma nação – desde 2003 se fortalece e se refaz das mutilações provocadas pela subserviência da era FHC. Porém, a construção da democracia é um processo que exige conquistas progressivas, cada estágio alcançado possibilita e demanda novos avanços. Estamos convictos de que alicerçados e impulsionados pelas conquistas já auferidas pelo governo do presidente Lula, o Brasil pode ir além e mais longe. Mas, para isso, teremos que remover as pedras que se encontram no meio do caminho da construção de um país soberano, democrático, socialmente justo e desenvolvido.

As reformas são para libertar nosso país das amarras que obstruem e dificultam as mudanças que o processo democrático requer. Escolhemos a Câmara dos Deputados para realizar este primeiro ato da esquerda brasileira e de outras forças progressistas pelas Reformas Democráticas porque as reformas, para vingarem, terão que aqui serem debatidas e terão que ser aprovadas no Congresso Nacional. As reformas dependem da coesão e adesão dos partidos de esquerda e das demais forças democráticas; dependem da mobilização do povo, da luta dos seus movimentos e entidades. A luta pelas reformas demanda uma unidade em torno de seus conteúdos, e por isso realizaremos a partir do mês próximo, no auditório Freitas Nobre, um ciclo de debates, no qual iremos tratar do conteúdo de cada uma delas, começando com a Reforma Política e a Tributária, no dia 26 de março.

Companheiros e companheiras, a luta pelas reformas torna-se ainda mais importante quando o governo se vê frente a mais um bombardeio de mais uma ofensiva da direita neoliberal e da mídia com o objetivo de desmobilizá-lo e desgastá-lo. A luta pelas reformas ajudará demarcar os campos: de um lado a esquerda, as forças democráticas, patrióticas, os movimentos do povo que querem debater idéias, desvendar caminhos para o Brasil ir adiante na consolidação de sua democracia; de outro lado, a oposição neoliberal e os setores da mídia que estão ao seu serviço, que insistem em impor com a socialização dos fatos uma pauta negativista e uma ação política destrutiva, mesmo quando isso é extremamente danoso ao Brasil e ao povo, como aconteceu agora quando disseminaram uma epidemia de febre amarela que não existiu, e um apagão energético que se afogou nas chuvas do verão, ou quando, irresponsavelmente, em meio a uma crise mundial, acabaram com a CPMF.

A luta pelas reformas democráticas, estamos convictos, nós, os promotores deste evento, ajudará o Brasil a vencer, contribuirá para que o nosso povo obtenha conquistas ainda maiores e para que o governo Lula proporcione realizações também mais significativas.”

**Renato Rabelo**, presidente do PCdoB – “Eu queria começar dizendo que essa iniciativa de se discutir as reformas democráticas tem um sentido político importante para os partidos de esquerda, para os partidos progressistas e para o governo do presidente Lula. A luta pelas reformas democráticas é uma expressão no plano político de uma realidade brasileira, de uma realidade estrutural do nosso país, realidade essa que atravessa

momentos em sua história de ascensos e descensos da luta democrática. Por que é uma expressão de uma realidade estrutural a luta pelas Reformas Democráticas?

Porque o nosso país se caracteriza, nessa realidade estrutural, por grandes desigualdades; desigualdades sociais profundas e desigualdades regionais, por discriminações, por dependências se você encara os diversos períodos da nossa história política, econômica e social. Então, a luta pelas reformas democráticas, que ganha amplitude, ganha força, sobretudo depois da década de 50, é uma expressão no plano político dessa realidade estrutural. E o apogeu dessa luta democrática se dá no governo Goulart, quando o próprio governo Goulart, juntamente com forças avançadas do país naquela época, assume a luta pelas Reformas de Base. O golpe militar implantado em 64 trunca essa luta que crescia, que se expandia e que mobilizava contingentes cada vez maiores do nosso povo. Essa luta, portanto, pelas reformas democráticas é truncada.

Essa luta reaparece com a redemocratização do país, com o fim do regime militar. A própria Constituição de 88 já reflete, já expressa sentimentos, anseios e propostas importantes dessas reformas democráticas. Mas, as reformas democráticas são mais uma vez truncadas numa época em que o pensamento conservador cresce, entra num ascenso, em que a globalização capitalista se estende e há um predomínio daquilo que nós denominamos de pensamento neoliberal, que perpassou a década de 90. Por isso que eu digo que as reformas democráticas foram mais uma vez truncadas.

Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República, abre-se um novo ciclo político em nosso país, criam-se possibilidades de abrir caminho para que essas reformas efetivamente sejam aplicadas em nosso país, levando-se em conta as condições concretas do mundo de hoje e do nosso país. Mas, essas reformas democráticas no contexto do governo Lula não são feitas sem luta, e uma luta com certa complexidade. Podemos até dizer que é uma luta por reformas democráticas e contra reformas conservadoras. Essa é a fase atual em que se caracteriza a luta pelas reformas democráticas. Essa tentativa de realizar uma Reforma Trabalhista flexibilizando “direitos trabalhistas” é uma contra-reforma, não é uma reforma democrática, pelo contrário. Essas tentativas, portanto, de tentar montar um Banco Central formalmente independente com fisionomia própria, seguindo inclusive o figurino neoliberal é uma reforma antidemocrática, é uma reforma conservadora, é uma anti-reforma, é uma contra-reforma. Por isso, no nosso modo de ver, a importância dessa referência para os partidos de esquerda, para os partidos progressistas, para os partidos democráticos, de

ter exatamente como plataforma reformas democráticas e lutar por elas. É uma referência, portanto, programática e uma referência que pode permitir uma aliança no sentido progressista e no sentido programático.

Na formação do bloco de esquerda se propôs a possibilidade de luta, de construção de cinco reformas: a reforma política no sentido democrático, a reforma tributária com esse mesmo objetivo, a reforma da educação, a reforma agrária e a reforma urbana. E nós acrescentamos mais adiante, na compreensão do PCdoB, reafirmado a luta por essas reformas, a reforma que visa a democratização da mídia e a defesa da cultura nacional. Portanto, são referências importantes para a luta democrática, fundamentais na luta dos partidos de esquerda e dos partidos progressistas; se analisarmos a conjuntura política atual, veremos que é necessário contrapormos uma agenda negativa imposta pelas forças conservadoras e de direita com uma agenda positiva, com uma agenda progressista, com a agenda das reformas democráticas. Nós não podemos ficar submetidos a uma agenda negativa, a uma agenda que forças conservadoras e grande parte da mídia impõem ao nosso país, impõem ao nosso povo. Essa contraposição é importante para que possamos construir uma agenda propositiva, uma agenda que abra caminho para a luta democrática e o reforço do presidente Lula na luta por essas reformas democráticas.

Essa é a nossa compreensão atual, por isso mesmo nós precisamos retomar a iniciativa política, não podemos deixar correr a situação como o leito político do ano passado, em que praticamente a agenda que prevaleceu, a agenda política que chegou para o grande público, era uma agenda negativa, era uma agenda contrária aos interesses maiores da nação e do nosso povo, era uma agenda que apagava e procurava esconder êxitos importantes, apesar de difíceis, alcançados pelo governo atual. Por isso, a luta pelas reformas democráticas tem esse sentido, ou seja, da construção de uma agenda propositiva, de uma agenda que nos permita retomar a iniciativa política.

Sabemos também que a luta pelas reformas democráticas se torna impotente se o desenvolvimento do país, esse desenvolvimento mais forte, acelerado do nosso país, não tiver seqüência, não tiver continuidade. Na situação atual, em que terminamos o ano com a perda abrupta, súbita, de 40 bilhões de dólares da arrecadação do imposto nacional, é grande o impacto político. Além do mais, vivemos hoje uma crise no sistema econômico e financeiro mundial. Numa situação como essa, as forças conservadoras procuram se aproveitar para manter a continuidade, manter a defensiva do governo com essa expressão de sempre a agenda negativa prevalecer, ou seja, impor ao governo a defensiva política.

É numa situação como essa, da importância que tem a luta pelas reformas democráticas, que tem um sentido programático e de aliança entre os partidos de esquerda e os partidos progressistas. E numa hora como essa, a luta pelas reformas passa necessariamente pela luta para se manter esse ritmo de desenvolvimento alcançado no ano passado, em que nós alcançamos um nível de desenvolvimento de mais de 5% - é a previsão de 2007 – fundamental para a própria aplicação das reformas democráticas; nós não compreendemos êxitos das reformas democráticas sem um desenvolvimento econômico acelerado.

A compreensão nossa é que tem que haver uma fusão entre democracia política, desenvolvimento econômico e progresso social. Isso se articula, não há como separar esses três movimentos que se fundem. É numa hora como essa em que se aproveitam aqueles que têm interesse em manter essa política ortodoxa, essa política contracionista de que é preciso mais arrocho fiscal, de que é preciso se preparar e se compreender que na possibilidade de uma situação mais difícil, o país tem que pisar no freio e não pisar no acelerador. Esse tipo de receituário nós já conhecemos, naquele momento em que o país reúne as condições para manter um desenvolvimento mais forte e um desenvolvimento continuado, vêm essas vozes para exatamente jogar água fria nesta possibilidade do aquecimento de um desenvolvimento maior. Portanto, na nossa compreensão, não é pisar no freio, é sustentar esse nível de desenvolvimento que é fundamental para o próprio êxito dessas reformas democráticas.

Entre essas reformas democráticas, assume um papel destacado na conjuntura atual a reforma tributária. Ela é um momento importante para enfrentarmos essa situação estrutural de nosso país: as desigualdades, a desigualdade social, a desigualdade regional. É uma reforma que tem um sentido profundo e estratégico que visa, portanto, enfrentar essa realidade estrutural histórica do nosso país, as desigualdades. Uma reforma tributária que enfrente efetivamente esta realidade requer o apoio amplo do nosso povo, requer mobilizações, requer atitude ativa das lideranças políticas progressistas, democráticas. Sem isso, dificilmente o governo, e somente o governo, poderia ser capaz de dar cabo a uma reforma como essa.

O nosso sistema tributário é profundamente regressivo, com problemas estruturais profundos - nós temos que recuperar o equilíbrio desta federação que se esgarça. Não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples. Para se compreender, basta ver que o nosso

sistema tributário é um sistema que se baseia em impostos indiretos. Entre os países do mundo, talvez o Brasil seja um dos países que tem o sistema tributário no qual quem paga mais é o consumidor final, o que configura um tipo de imposto indireto. E se olharmos esta realidade, paga muito mais quem ganha menos e paga muito menos imposto quem tem uma renda muito maior. Portanto, essa é uma questão fundamental que é preciso compreendermos, que é preciso ser enfrentada. Como também, no plano da federação, é preciso buscar o equilíbrio levando em conta as desigualdades regionais.

É necessário, portanto, atender a essa questão que é um trabalho que o presidente Lula atualmente vem fazendo na tentativa de construir uma proposta para recompor o sistema tributário da federação. Portanto, são questões importantes que requerem uma mobilização política e social e uma mobilização maior do nosso povo.

Eu não quero aqui me estender falando das demais reformas, eu queria me situar na reforma tributária porque pode ser o carro-chefe das reformas atuais. Mas quero destacar a importância que tem a reforma política, como reforma democrática, no sentido de permitir mais liberdade política, de impedir a restrição das possibilidades de liberdade política.

A reforma da educação, apesar das iniciativas já tomadas pelo governo, é fundamental também para se enfrentar a realidade da desigualdade do nosso país. A reforma urbana, uma questão urgente; é preciso ter uma sistemática, um corpo mais sistematizado desta reforma urbana, levando em conta a realidade das grandes cidades, e não só das grandes cidades, mas das médias cidades que cresceram rapidamente, criando problemas sociais e estruturais bastante agudos. Como também, essa questão da reforma agrária que tem que ter continuidade, que tem que ser pensada em função de atualizá-la, porque é outro fator importante da democratização da nossa sociedade. E assim sucessivamente, são questões fundamentais que têm uma linha comum, a da democratização da sociedade.

Essa é uma grande tarefa, é a tarefa que nós temos que nos empenhar contribuindo para que o governo Lula possa levar à frente reformas deste porte, aquelas que já estão em curso, aquelas que também estão no nível do Congresso Nacional, a tarefa de organizarmos esse grande movimento em prol das reformas democráticas. Portanto, são questões como essas que inicialmente queríamos propor aos demais partidos, aos partidos de esquerda, aos partidos democráticos e aos partidos progressistas, para nos mobilizarmos para essa luta que descortina um novo horizonte para o nosso país.”

**Vieira da Cunha**, primeiro vice-presidente do PDT – “Em nome da direção nacional do Partido Democrático Trabalhista, nós queremos não só nos solidarizar com essa bandeira, com essa causa das reformas democráticas, como queremos nos engajar, nos colocar na linha de frente deste processo de transformações que nós precisamos implementar na sociedade brasileira. E o fazemos com a profunda consciência - consciência, aliás, histórica -, da necessidade dessas transformações para que nós possamos viver num país verdadeiramente democrático, justo, soberano e igualitário. Foi assim quando o trabalhismo esteve no poder, houve reformas, houve avanços, no período Vargas, antes de quem, os trabalhadores eram uma espécie de semi-escravos, e foi de lá que vieram os direitos trabalhistas, do repouso remunerado, das férias, das horas-extras e de tantos outros. Foi assim com Jango, a quem nós devemos não só lembrar, mas homenagear, porque no próximo dia 1º de março, vivo fosse - e as circunstâncias da sua morte até hoje não estão definitivamente esclarecidas -, estaria completando 90 anos de idade no próximo dia 1º de março. Ao grande João Goulart, que lá no comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro, no histórico 13 de março de 1964, estava pregando exatamente essas mesmas reformas para fazer o Brasil avançar rumo a uma pátria mais justa, mais soberana, mais igualitária, e foi por isso que a ditadura o derrubou dias depois, porque sabiam que o Brasil não seria o mesmo depois daquelas reformas pregadas por João Goulart. Pois é esse o fio da história que os partidos de esquerda, populares e democráticos que aqui estão querem retomar. O fio da história do comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964. Nós queremos sim, a reforma agrária, a reforma urbana. Aliás, me permitam companheiros, dizer que o PDT, entre todas as reformas necessárias, inadiáveis, imprescindíveis, quer destacar a reforma educacional, porque só através de uma escola pública, gratuita, de qualidade e de turno integral que nós vamos transformar verdadeiramente este país.

Contem conosco, companheiros - como dizia o nosso saudoso líder Leonel Brizola -, “no pelotão de frente”. Queremos oferecer o nosso peito para receber a primeira bala desta luta, pela consciência que temos de que esta luta é absolutamente necessária para que nós possamos viver num país verdadeiramente democrático e que nosso povo tenha dignidade.”

**Cleber Verde**, representando a direção nacional do PRB – “Rui Barbosa dizia que não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça. E formar sentimento de justiça, formar justiça, é formar, e defender, e construir as reformas

que o povo brasileiro precisa e que o povo brasileiro merece. E eu, ali ouvindo o nosso presidente do PCdoB, e vendo aqui este público, vendo que esta reforma se inicia com discussão primeiro buscando o apoio dos partidos, para discutirmos depois, uma a uma, as reformas que queremos, começo a perceber que damos um passo muito positivo, acima de tudo um passo extremamente favorável ao trazer o cidadão, trazer o povo aqui representado por essas pessoas que aqui estão para dizer – como estão dizendo em suas faixas – o que querem ver nas reformas. Porque a reforma que queremos, que o povo brasileiro quer, não é a reforma que discutem os líderes políticos nesta casa e que vão ao plenário, e que, muitas das vezes, nem sequer os deputados - como são chamados de “baixo clero” – participam dela. Mas, a reforma que traz o povo para discutir essas reformas junto consigo. Portanto, tenho certeza, as reformas que este movimento político inicia, vão ser favoráveis ao povo brasileiro, porque há sim que discuti-las com o povo, com o cidadão, aquele que realmente está ansiando por estas reformas para que elas possam acontecer em seu favor. Este é o nosso objetivo ao criarmos e discutirmos com amplitude as reformas que queremos.

Portanto, trago aqui o apoio do nosso partido, o Partido Republicano Brasileiro, o apoio de José de Alencar, o nosso vice-presidente da República, do nosso presidente Vitor Paulo, na certeza que o PRB também, assim como os partidos que aqui vão se apresentar querem uma agenda positiva, que de fato faça com que as reformas sejam votadas no plenário desta casa. Nós já iniciamos este ano um passo muito favorável e muito positivo quando ouvi o discurso do presidente do Senado, quando ouvi o discurso do presidente da Câmara - Arlindo Chinaglia – e, principalmente, quando vi a ação do presidente em criar uma comissão especial para discutir aquelas medidas provisórias que estão vindo para cá, muitas das vezes, sem a sua relevância e sem a sua urgência devida. E aí passo a acreditar que, a partir do momento que nós conseguimos, todos nós, diminuir os envios dessas medidas provisórias que hoje trancam as pautas das votações, nós vamos avançar em votações importantes, em projetos importantes dos senhores deputados, das senhoras deputadas, que anseiam para que possam ir ao plenário porque têm um sentido prático na vida do brasileiro.

Eu, senador Cristóvam Buarque, fui criticado até, fui o deputado, neste ano de 2007, que mais apresentou projetos na Câmara Federal. Apresentei 182 projetos. Mas não fiz isso com interesse ou objetivo, simplesmente como disseram alguns críticos do DIAP, para aparecer, fiz aquilo porque eu, como deputado do Maranhão, tenho um tratamento, um atendimento especializado com o povo e ouço o cidadão, e anoto os seus anseios.

Através das anotações, eu transformei os seus desejos em projetos de lei e vim, com toda a bagagem e o anseio do povo do Maranhão, e as apresentei aqui essas idéias, e essas idéias estão tramitando, e eu quero poder nestes quatro anos ter a certeza de que algumas delas serão leis, porque são leis importantes para o país, não são leis que vão atender o interesse do deputado mas, são do interesse do povo do Maranhão e acima de tudo do povo brasileiro. Dentre elas, quero citar uma só, como por exemplo, a prorrogação da aposentadoria rural para os nossos trabalhadores rurais, que expira em julho de 2008, e se não a prorrogarmos, os nossos lavradores e pescadores não poderão garantir a sua aposentadoria apenas comprovando a atividade como é hoje. Essa é uma de tantas delas que apresentei. Portanto eu entendo que a reforma política, a reforma que queremos, começa de forma muito positiva. Com esse momento importante dos partidos que querem realmente a reforma - e os partidos mostram, através de suas fundações, das suas lideranças, das suas militâncias e querem fazer, não apenas discutindo com as lideranças políticas mas, discutindo com o povo que aqui é representado por essa galeria tão expressiva. Portanto, quero dizer, para finalizar, que o PRB apóia a agenda positiva dessa reforma política que não, nós partidos queremos, mas que o povo brasileiro precisa e quer urgentemente para atender aos seus interesses.”

**Renato Casagrande**, líder no PSB no Senado e representante da presidência nacional do PSB – “Nós vivenciamos nesta última fase da nossa história, momentos muitos distintos e diversos; passamos por um regime militar que nos cerceou de todos os direitos políticos, direitos coletivos, direitos individuais, que promoveu um retrocesso na sociedade, que proibiu a organização partidária, passamos muitos anos neste sistema e nesta condição. Depois nós tivemos a abertura política e fomos para a Constituição de 88, já citada aqui pelo presidente do PCdoB, que foi e é chamada de Constituição Cidadã, que resgatou os direitos individuais, que resgatou os direitos coletivos, que estabeleceu as bases institucionais que nós hoje temos, que estabeleceu ainda as bases institucionais e que precisam ser utilizadas para que nós possamos consolidá-las - porque muito daquilo que está na Constituição nós não conseguimos consolidar até o presente momento.

Depois de 88, quando houve este resgate, nós vivenciamos uma década de 90 em que o vento neoliberal tocou neste mundo todo, na Inglaterra com Margareth Teatcher, nos Estados Unidos com Ronald Reagan, aqui no Brasil com Fernando Henrique Cardoso, capítulos da ordem econômica foram alterados para atender efetivamente as mudanças que nós estávamos vivenciando em todo país, e fomos neste caminho quase com o

discurso único que este era o único caminho, o caminho do Estado mínimo, o caminho que nós não tínhamos outra alternativa a não ser enxugar, enxugar e cortar, cortar e cortar os gastos da administração pública e que competente era só o setor privado ,e que a administração pública não tinha nenhuma competência para gerenciar e organizar a sociedade brasileira, para incentivar e determinar qual o caminho que nós gostaríamos de ter neste país.

Os oito anos de Fernando Henrique Cardoso foram os oito anos que nos levaram para esta direção. Nos levaram para esta direção e também nos impuseram casuísmos, como foi o casuísmo da reeleição - casuísmo porque ela foi implementada no meio de um jogo já começado, onde a regra era não ter eleição, e foi imposto através de negociações fisiológicas, de troca-troca entre governo e sua base à época. Nós não tínhamos consolidado nenhuma reforma institucional importante mas, nós já usávamos de casuísmo tendo a capa da democracia como proteção, o mesmo casuísmo que usava o governo militar na hora que alterava as regras eleitorais para tentar preservar os seus representantes. Da mesma maneira. Mas, a democracia foi avançando, porque nós temos uma jovem democracia. Nossa democracia é ainda, comparada com outras democracias do mundo, uma democracia que está no seu início. O primeiro momento da sua existência, depois de tantos anos de governo militar, nós estamos num processo de reconstrução desses direitos, de retomada desses direitos.

A eleição do presidente Lula foi uma demonstração clara de que a sociedade brasileira já não topava mais o discurso do Consenso de Washington, já não topava mais o discurso do Estado mínimo e que queriam um Estado interferindo para reduzir as desigualdades que nós tínhamos, e ainda temos, desigualdades regionais, sociais. As desigualdades de cinco anos atrás eram muito superiores às desigualdades que nós temos hoje, então de lá para cá nós avançamos. Não vamos dizer, não vamos achar que tudo que foi feito no passado também tenha sido equivocado, tem medidas importantes que a gente pode destacar no processo histórico. Mas a relação direta com a população mais carente, mais necessitada deste país, a adoção de políticas públicas que pudessem começar a mudar algo da realidade da dificuldade enfrentada pela população brasileira, ela começou com mais intensidade, de fato, no primeiro ano do governo do presidente Lula.

Mas, de lá para cá, nós não conseguimos enquanto partido, definir uma pauta – vamos ser sinceros, a gente não conseguiu definir uma pauta e uma agenda concreta para a sociedade brasileira. Eu vou chamar o testemunho de Aldo Rebelo. Foi presidente desta

casa, primeiro comunista a presidir a Câmara dos Deputados, presidiu com muita competência, e nós tivemos orgulho de participarmos desta construção. Nós vivenciamos, nos dois últimos anos do primeiro governo do presidente Lula, dois anos de crise. Essa crise, Aldo, impediu um diálogo permanente entre Câmara e Senado. Impediu ou diminuiu... nós não tínhamos capacidade, nós vencíamos crise de “mensalão”, de “sanguessuga”, de “Severino Cavalcante”, dois anos de muita tormenta – a deputada Erundina está ali concordando e ela vivenciou isso tudo e perto. Começamos no ano passado a crise no Senado, três anos seguidos de crise que se debateu a ética, o comportamento de parlamentar, do Senado, da Câmara.

Esses três anos impediram que nós pudéssemos, no governo do presidente Lula, enquanto partido político, estabelecer uma agenda positiva para esta casa junto com os partidos e junto com a sociedade brasileira; tivemos essa dificuldade. Mas, nós temos uma oportunidade agora, é lógico que parte da imprensa e a oposição – porque a oposição não tem o que falar comparativamente com os governos – a oposição vai tentar efetivamente achar as brechas de se discutir cartão corporativo, por exemplo, que é o debate que se tem agora – mas, o debate do cartão corporativo, eu acho que tem que ser investigado, não sou desses que acha que isso é feito só para poder impedir o avanço do governo. É para poder impedir o avanço do governo, mas nos permite também aperfeiçoar a nossa instituição; nós, que estamos agora debatendo a questão do cartão corporativo, é bom que a gente lembre que isso só vem a debate agora porque esses dados foram para o Portal Transparência – dados que nós não tínhamos -, esses dados não eram publicados, não eram do conhecimento de ninguém.

Então, se tem algum ponto negativo porque alguém do governo, alguns muitos ou poucos do governo usaram indevidamente o cartão e o governo não teve controle sobre esses cartões – e é verdade, na minha avaliação, o governo perdeu o controle -, tem um ponto positivo que o governo federal hoje tem um nível de transparência muito maior do que tinha no passado – muito maior –, coisa que os governos dos estados não têm; alguns têm, o governo de Pernambuco, e certamente também alguns outros, mas a maioria não tem. Quero ver se os governadores da oposição têm o Portal Transparência; é preciso um projeto de lei na pauta para que toda a administração pública o crie, tenha suas contas publicadas no sistema, porque a tecnologia permite isso hoje, e a nossa reforma institucional tem que estar vinculada ao avanço tecnológico da sociedade. Essas questões são fundamentais e importantes.

Eu acho que nós temos condição agora de estabelecermos uma agenda positiva, nós não podemos... olha, o poder judiciário está lá legislando, o poder legislativo está aqui fazendo investigação, é comissão de inquérito para lá, para cá, nós estamos fazendo investigação, o poder Executivo, naturalmente aproveitando a possibilidade que tem, também está legislando muito mais do que nós e isso é um fato histórico.

Nós temos que resgatar o nosso papel, os partidos têm um papel importante para subsidiar com relação a esses temas. As cinco reformas colocadas são fundamentais. A reforma política não é uma agenda do poder Executivo, ela é do Congresso, e nós temos fracassado nela, nas matérias infra-constitucionais nós temos fracassado, nós não temos conseguido consenso para votar aquilo que é projeto de lei, nós não temos consenso, então não é uma matéria fácil. Se perguntarmos neste plenário a opinião com relação a quatro, cinco pontos da reforma política, eu tenho absoluta certeza que nós não teremos consenso neste plenário. Mas, a reforma política é importante, e uma reforma não é um ato, uma reforma é um processo, tem coisa que tem que ser feita tudo junto. Podemos ir avançando em alguns dos pontos paulatinamente, passo a passo, e nós não precisamos fazer essas reformas todas de uma vez só – até porque as reformas das instituições são reformas que se fazem de pouco a pouco desde que se mantenha a coluna vertebral daquilo que se deseja – a reforma política é isso. Tem que fortalecer os partidos, tem que fortalecer cada vez mais a capacidade de os partidos serem democráticos, de ouvirem a sociedade; nós temos que debater a questão do financiamento público de campanha.

Se nós pudéssemos colocar a reforma política na agenda do Congresso Nacional – e não podemos ter o argumento que este é ano eleitoral e que não vamos conseguir fazer as coisas – não podemos ter esse argumento, eu concordo com o presidente do Senado – senador Garibaldi Alves – não podemos ter esse argumento mas, se pudéssemos fechar, nesses partidos, uma proposta que fosse com alguns pontos mínimos para a gente poder debater esse ano, seria um grande passo. Nós vamos discutir agora no Freitas Nobre, o presidente anunciou estes dias, se pudesse ir fechando um grupo de trabalho, seria bom e importante para nós.

A reforma tributária tem que estar colocada – o governo vai mandar essa semana-, junto com a questão do orçamento e junto com a questão da revisão do pacto federativo. Não dá para estarmos aqui no Senado fazendo emendas para calçamento de uma rua, lá no município tal, colocando 50 mil reais para um calçamento de rua. Fazemos isso porque somos obrigados a fazer, porque o município não tem capacidade de ter investimento,

mas, não é função nossa, não seria função nossa, e a questão da ética está relacionada a questões institucionais, a reforma política, a reforma tributária, a questão do orçamento.

O governo federal não tem planejamento de execução orçamentária, o debate que se faz ou é a ética ou é a ética relacionada a ocupação de cargo e a questão da execução orçamentária, porque como o governo não tem um planejamento, a relação com os partidos não é clara porque não tem efetivamente a execução dos compromissos com os partidos, do tempo que precisa ter. A execução orçamentária não é execução planejada como deveria ser, aí nós ficamos submissos, submetidos a essa especulação da mídia que forma a especulação da opinião pública com relação a essa questão do comportamento do Congresso aqui neste ambiente que a gente está vivendo. A reforma tributária tem que atender os pré-requisitos da redução, da simplificação do sistema tributário, do fortalecimento dos municípios. Os municípios brasileiros foram declarados entes da federação a partir de 1988 com a Constituição, e eles têm que ser fortalecidos cada vez mais porque a função nossa é fortalecê-los, darmos mais obrigações, cobrarmos mais deles, acho que esta descentralização é importante. Desde o início do Império, o Brasil é país concentrado, é um país que está vinculado e amarrado às decisões da União, do governo central. Depois foi sendo descentralizado um pouco para os estados e municípios mas, a concentração com relação a poder de legislar, com relação a carga de tributos, ainda é muito grande na União. Acho que dentro da reforma tributária se deve discutir um pouco desta revisão do pacto federativo e a questão do orçamento.

A reforma urbana - mais de 80% das pessoas hoje moram nas áreas urbanas -, nosso partido discute muito isso. Carlos Siqueira foi um incentivador do tema da reforma urbana e nós temos que avançar com a legislação de saneamento, os investimentos nesta área. É importante reconhecermos que pela primeira vez temos um plano de desenvolvimento para esse país; nós não tínhamos. O Programa de Aceleração do Crescimento é um plano de desenvolvimento que nós temos hoje para o país e que recupera o poder e o papel da União e do Estado em termos de aumentar o investimento e de interferir no desenvolvimento, de direcionar o desenvolvimento nas regiões mais carentes. O PAC proporciona e possibilita isso.

As reformas educacionais já foram ditas aqui, e a reforma agrária que precisa fazer com que o governo tenha mais agilidade, mais rapidez e um comprometimento da justiça com relação a ela, acho que são temas com os quais teremos condições de ocupar o tempo do

Congresso Nacional, da sociedade e dos partidos, para que possamos ter uma agenda positiva e produtiva neste ano de 2008 e para frente.

**Ricardo Berzoini, presidente do PT** – “... este ato por si só tem uma importância histórica porque coloca para o debate de cinco partidos da base aliada do governo Lula – e depois eu acho que nós precisamos discutir como ampliar isso na base –, partidos que têm identidade política e histórica e que se propõem um debate programático sobre temas relevantes e fundamentais para o Brasil, e ao mesmo tempo coloca isso numa perspectiva histórica: nós estamos iniciando o sexto ano democrático popular do governo Lula, e podemos - não apenas pelas notícias, pelas estatísticas ou pelas pesquisas -, comemorar o fato de que nós estamos transformando este país.

Estamos promovendo reformas importantes nos mais diversos âmbitos na forma de atuação do governo federal e na sua relação com a população e com a democracia. Essas reformas se refletem na redução da desigualdade, na mudança do perfil tributário brasileiro, no padrão de desenvolvimento, na luta para reduzir não só as desigualdades sociais mas também as regionais, no tratamento da educação através do Plano de Desenvolvimento da Educação e no tratamento da questão do papel do Estado no desenvolvimento através do PAC. Eu poderia citar vários exemplos em todas as áreas de governo, todas com impacto profundo nas políticas públicas e nos resultados dessas políticas.

Temos um acordo, em maior ou menor grau, a respeito das transformações que o governo Lula, com o apoio desses partidos e de outros, vem promovendo no nosso país. Mas, também temos um acordo, novamente variável, mas um acordo político, sobre como devemos preparar o processo de acúmulo teórico e prático para dar prosseguimento a essa obra política, a essa obra administrativa, a essa mobilização da opinião pública. Com certeza, a agenda programática é o elemento capaz de nos unir muito mais do que os interesses eleitorais de curto ou médio prazo. Aquilo que pensamos sobre o Brasil, aquilo que queremos construir para o futuro para este governo, para este período governado pelo presidente Lula, e para o futuro pós-2010. Afinal de contas, todos nós – inclusive o presidente Lula –, por mais felizes que possamos estar com os resultados alcançados, com certeza não estamos satisfeitos plenamente, porque o Brasil é um país tão desigual e com tantos atrasos em várias áreas, que apenas um governo em dois mandatos, com certeza, não será capaz de superar todas essas desigualdades. E mais ainda, como preparar o Brasil para este século que estamos

iniciando e que com certeza imporá maiores e maiores desafios à humanidade e a cada um dos países, e à relação internacional e aos projetos de integração continental, cultural, comercial e assim por diante.

Esse é o debate fundamental que a esquerda brasileira pode fazer. E não deve se limitar à esquerda: devemos convocar atores políticos de diversos matizes para participar desse debate, obviamente preservando a autonomia partidária de cada um de nós; somos todos instituições que têm acúmulo político, histórico e democrático, e com certeza todos têm seus mecanismos decisórios próprios. Como disse o senador Casagrande muito apropriadamente, em vários temas temos divergências profundas já registradas em debates tanto no parlamento quanto fora do parlamento, mas não podemos nos furtar à iniciativa de fazer esse debate e buscar consensos, buscar aquilo que nós podemos chamar de um programa médio do pensamento dos partidos e mobilizar a sociedade e a opinião pública, porque com certeza há espaço, há demanda e a experiência do governo Lula demonstra que é possível sim mudar o país, e é possível aprofundar, acelerar, e fazer essas mudanças. É possível dar um grau de qualidade maior à relação política entre governo, Estado e sociedade.

Desempenha um papel fundamental neste processo a reforma política, e quero chamar a atenção porque trata também de uma questão tributária, que nós acabamos de vivenciar esse processo na votação da CPMF. Eu não vi nenhum articulista da imprensa, nem da grande, nem da pequena, nem da média imprensa, também vi poucos de nós comentando isso, mas na votação da CPMF, a casa que tem a competência constitucional – não é vontade minha – de representar o povo, aprovou por larga margem a prorrogação da CPMF, e a casa que representa os estados, apesar de a maioria dos governadores serem favoráveis à prorrogação, rejeitou – teve maioria mas não maioria constitucional, o Senado Federal rejeitou a prorrogação da CPMF. O que pensamos nós sobre o sistema bicameral no nosso país? Quais são as competências da Câmara e do Senado? Será que nós achamos que esse capítulo da Constituição está bem desenhado, está bem amarrado? Acabamos de ter uma experiência concreta com isso. Será que expressa corretamente a democracia o sistema bicameral? Será que nós temos hoje uma representação na Câmara e no Senado de acordo, os mecanismos de eleição dessa representação são de acordo com agendas programáticas? Ou temos que avançar para voto em lista, temos que avançar para outros mecanismos que possam expressar melhor a diversidade e a democracia no nosso país? Quero dizer isso porque nós precisamos aprofundar alguns temas sem medo de enfrentar as nossas divergências entre partidos de esquerda - que

são legítimas, são naturais, porque temos histórias diferentes, mas temos também uma trajetória e alianças fundamentais para a democratização e os avanços do nosso país.

A reforma tributária, quero ressaltar, é outra questão fundamental. Nosso governo já fez bastante coisa na reforma tributária; por exemplo, a aprovação geral da micro e pequena empresa é um avanço extraordinário, o fim da 'acumulatividade' da Cofins é outro ganho fundamental para a economia brasileira, mas a questão distributiva não está resolvida e está longe de ser resolvida. Nós temos o sistema tributário regressivo, um sistema tributário que não atinge o objetivo fundamental de uma questão democrática essencial que é como, por intermédio da tributação, distribuir renda, distribuir oportunidade. Na questão da CPMF acabamos de ter uma derrota, perdemos 40 bilhões de reais por ano para financiamento da seguridade social que é uma política constitucional claramente definida e que se for para cumprir o que temos na Constituição nós precisamos não de 40 bilhões, recuperar a CPMF, nós precisamos de 60, 80, 100 bilhões para cumprir os compromissos constitucionais com a educação, a saúde, a assistência e a previdência social.

De forma que eu quero saudar de maneira muito entusiasmada, em nome do Partido dos Trabalhadores, essa iniciativa e me comprometer a empenhar o máximo do PT para que nós possamos viabilizar uma agenda comum, uma aliança programática, construir um bom caminho que não seja apenas o eleitoral, que temos que cuidar com muito empenho também em 2008–2010, mas o caminho de construir a mobilização popular que vai sustentar o nosso projeto, que é dar continuidade às mudanças promovidas pelo governo Lula e que são mudanças que o povo está aprovando explicitamente na sondagem de opinião, como aprovou na eleição de 2006. Vamos trabalhar para construir essa agenda.

**Maurício Rands, líder da bancada do PT na Câmara** – “Eu penso que o valor simbólico deste evento, de nós, a esquerda brasileira, o campo democrático e popular, nos unirmos pelas reformas de base, uma luta que vem de muito tempo, que custou muito sangue, muito suor, muito sofrimento, tortura, exílio e toda intolerância das classes dominantes no Brasil, uma luta que foi interrompida, a das reformas de base, em 1964, faz com que cada um de nós hoje nos orgulhemos de estarmos mobilizados com a sociedade, mobilizados também na luta institucional apoiando as mudanças que foram iniciadas com a grande vitória do presidente Lula em 2002. Nos unifica este compromisso com reformas democráticas que transformem a nossa sociedade. Nós, a esquerda brasileira, que temos o objetivo estratégico de construir o socialismo entre nós,

o socialismo não como estação a que se chega com modelo pronto e acabado mas, um projeto aberto, um modelo em construção fundado em valores que nos unifica a todos aqui nesta grande frente, o valor da igualdade, o valor da democracia participativa, a radicalização da democracia, o valor da liberdade positiva, não a liberdade dos liberais que querem inibir a ação coletiva, que querem inibir a intervenção pública mas, a liberdade positiva no sentido de que todos nós somos responsáveis para que cada cidadã e cada cidadão tenha educação, saúde, moradia, lazer, ambiente, segurança, as condições para florescer.

Então nos unifica esta concepção que implica, na conjuntura, a luta pela reforma política e transforma esse sistema político que dá ensejo ao abuso do poder econômico, à corrupção, ao individualismo na política, à baixa eficácia decisória das instituições. Valores que nos unificam para lutar por uma reforma tributária que elimine as 'regressividades', que faça a distribuição de renda - porque não, por exemplo, voltarmos a rediscutir o imposto sobre as grandes fortunas? Valores que nos unificam para fazer reformas emancipatórias que dêem igualdade de direitos, de gênero, de raça – ainda hoje tomou posse o nosso companheiro Edson Santos à frente do agora Ministério de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, que nos unifiquem com políticas e reforma na área da educação para melhorar e expandir cada vez mais o ensino público de qualidade em todos os níveis. Que façamos, que aprofundemos essa reforma urbana que está sendo feita pelo PAC do nosso governo, com investimentos somente em saneamento, de 41 bilhões de reais, com investimento em urbanização, com investimentos em transportes coletivos de massa e que melhore, portanto, a condição de vida do nosso povo e resgatem a igualdade que todos nós temos.

Então, é de eventos como esse, é de mobilizações na sociedade que nós aceleramos a pauta do governo do presidente Lula - que é um governo de coalizão mais ampla -, que nós aceleramos a pauta do Congresso Nacional. Acabo de vir da reunião de líderes aqui na Câmara, e é impressionante o descompasso entre a pauta que está ali sendo discutida e a pauta que emerge em um evento como esse.

Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos cada vez mais essa luta nossa, esta aliança, esta articulação na sociedade e nas instituições por reformas democráticas, por reformas emancipatórias que façam com que a sociedade brasileira seja mais igualitária.”

**Rodrigo Rollemberg, líder do PSB na Câmara** – “Este evento, por si só, reflete um momento alvissareiro, um momento em que os partidos de esquerda se reúnem para debater, para formular e para construir. Não há dúvida alguma que nos últimos anos do governo do presidente Lula avançamos. Avançamos e podemos aqui relatar diversos avanços na implantação, na expansão do ensino superior, na ampliação da rede de escolas técnicas, na criação da rede pública de televisão, na geração de empregos, como só jornais noticiam no dia de hoje, mas podemos e precisamos avançar muito mais, e conseguiremos avançar muito mais se tivermos - esses partidos que estão aqui – a capacidade de construir uma agenda diferente, de construir uma agenda nova.

Nós não podemos estar submetidos apenas à agenda do governo federal, como não podemos estar submetidos à agenda da imprensa. A agenda desses partidos políticos deve ser a agenda do povo brasileiro, e quem tem a condição de ser o intérprete maior das aspirações do povo brasileiro são os partidos políticos, e de forma muito especial os partidos políticos de esquerda. Dizia o nosso muito querido líder e saudoso amigo Miguel Arraes, que quando o povo se une, obriga as lideranças a se unirem. E é esse momento que estamos vivendo no nosso país, quando as pesquisas de opinião apontam a aprovação grande do governo do presidente Lula, sobretudo entre a população mais pobre, demonstrando que essa população está unida em torno do que quer para o Brasil. Mas, ela está unida e quer avançar mais rápido, e essa responsabilidade é de nossos partidos políticos. Por isso eu quero saudar aqui as fundações, na figura do Carlos Siqueira, presidente da Fundação João Mangabeira e de todos os presidentes de fundações, de estar propondo este debate que não pode se encerrar aqui, apenas neste ato político mas, de consolidar através de um debate político amplo e de muito trabalho, uma agenda política comum desses partidos; porque é esta agenda política comum que vai fazer com que possamos superar as divergências eventuais das eleições municipais, porque interesses maiores e objetivos maiores em defesa do nosso país é que vão nos unir. Exemplo, agora, o Congresso deverá se debruçar sobre uma reforma tributária.

Qual é a reforma tributária que esses partidos querem? O que é mais importante nessa reforma tributária que se avizinha? É apenas a simplificação do sistema tributário, que é importante, mas o que é mais relevante é a justiça social e a distribuição de renda através da reforma tributária. Nós não podemos ter, como temos, um sistema tributário que taxa, e taxa bastante a renda do trabalhador, quando não taxa os lucros e dividendos os empresários. Nós temos que quebrar este tabu e debater este tema. Por que não debatemos a taxação e a remessa de lucros para o exterior? Ou a taxação sobre grandes

fortunas? Porque o Estado precisa sim de recursos para investir e para diminuir as desigualdades sociais e as desigualdades regionais.

Precisamos discutir profundamente uma reforma tributária que possa fazer com que cada vez tenhamos menos impostos indiretos que acabam penalizando muito mais os trabalhadores que ocupam grande parte da sua renda para o consumo, enquanto temos poucos impostos diretos e temos poucas faixas, o que não nos permite fazer uma justiça tributária fazendo com que aqueles que ganham mais paguem mais. Temos que propor a transparência no serviço público e está aí o projeto do senador Capiberibe, que garante a transparência na internet para todos os gastos do governo federal. Temos que construir uma agenda política singular para que a gente não possa ficar a reboque das medidas provisórias do governo federal e nem a reboque da agenda construída pela imprensa.

A oportunidade está aqui, cabe aos partidos políticos e às fundações que os representam ter a responsabilidade de fazer com que este ato político se concretize em ações concretas que possam, de fato, construir a agenda de transformação do país.”

**Cristovam Buarque**, líder da bancada do PDT no Senado – “Quero começar confessando que há dias que nesse Congresso, a sensação de qualquer político que tem compromisso com a transformação nacional, é de que a gente está perdendo tempo. Felizmente temos uma tarde como essa em que a gente percebe que somos capazes de nos juntarmos àqueles que têm um lado, um lado muito claro diante do povo, da nação, diante dos pobres, diante dos excluídos, diante dos trabalhadores. Se não fossem momentos como esse, eu me pergunto se o que a gente faz aqui não é uma grande farsa de uma pseudo-democracia. Por isso, agradeço a vocês a oportunidade, aos que estão na mesa e a todos vocês, que pudemos aqui, e faz tempo que a gente não faz isso, gritar ‘nós estamos aqui porque nós temos um lado’, e esse lado é diferente do lado da elite brasileira que há anos defende a continuação, com ligeiríssimas mudanças, a continuação daquilo que a gente tem desde o começo da história do nosso país.

Nós temos um lado, e esse lado é o lado que queremos pagar as dívidas que temos com o povo brasileiro. Em primeiro lugar, dívida mesmo, a dívida fiscal de um país onde os pobres pagam mais impostos do que os ricos. Temos que parar com essa dívida, constante, repetida. Temos que parar com a dívida com os jovens porque não estamos dando a eles um futuro melhor do que seus pais. Pela primeira vez na história do Brasil está surgindo uma geração com a perspectiva de vida pior do que os seus anteriores, do

que os seus antepassados. É uma dívida que a gente tem com a juventude. E para não esquecer, é preciso dizer talvez de uma dívida maior com a juventude, a gente não está deixando para eles, com clareza, uma bandeira de luta revolucionária, transformadora, progressista, como nós recebemos das gerações anteriores. Nós temos uma dívida com os doentes, nós temos uma dívida com a nação brasileira que vai receber dentro de mais 10, 20, 30 anos uma floresta transformada em deserto.

Nós temos um lado, o do pagamento da dívida com o povo brasileiro. Eu pessoalmente acho que o caminho certo, firme e único para pagar esta dívida é garantir com que a escola do filho do trabalhador seja a mesma escola do filho do patrão. Eu não vejo hoje que a nossa bandeira, ao mesmo tempo revolucionária e ao nível de forças da conjuntura nacional e internacional – até porque não está claro ideologicamente como fazer – eu não vejo que a bandeira é o capital do patrão nas mãos dos trabalhadores hoje; até porque teríamos que perguntar quais trabalhadores. Os pobres, excluídos, analfabetos entrariam também para receber este capital? Ou só os trabalhadores do setor moderno? Eu creio que uma bandeira transformadora, revolucionária, pode ser a escola do mais pobre brasileiro igual à escola do maior rico brasileiro. Não para já, não com promessa falsa de que a gente vai conseguir fazer isso mas, assinalar ao povo brasileiro, com prazo determinado, seguindo determinados caminhos – como eu vi ali há pouco uma bandeira exigindo 7% do orçamento para a educação – que, cumprindo sistematicamente uma bandeira, a gente chega lá. Como Brizola começou com os CIESPs, que se tivéssemos dado continuidade, hoje é possível que a escola do filho do patrão não fosse igual à escola do filho do trabalhador, mas pelo menos a diferença seria pequena.

Nós precisamos de uma bandeira comum, nós precisamos de uma causa comum. É claro que as reformas, no plural, representam pedacinhos de bandeiras que temos em comum. Mas, além dessas bandeirinhas em comum das reformas política, fiscal, da reforma nos setores gerais, nós precisamos de uma bandeira maior, de uma causa comum que nos unifique. Eu defendo essa, mas pode não ser essa. Claro que pode ser outra completamente diferente, mas encontremos essa causa porque é isso que está faltando em nós. Terminou a ditadura, a grande causa comum da democracia desapareceu, nós nos diluímos e dividimos, conflitamos mais entre nós às vezes do que com a direita, porque isso é o que a gente vê, sobretudo, nos momentos das eleições; em que ao saber que a direita já não toma nossos votos, nós brigamos com os partidos irmãos aonde os eleitores buscam abrigo.

Está na hora de fazermos um exercício de procurar a nossa causa comum. E essa causa comum só sairá no primeiro momento das lideranças para que ela se espalhe, sintonize-se e aí sim, como disse o Rodrigo, o povo unifique as elites. Mas, o primeiro passo, e quem dizia, a gente sabe, os grandes mestres nossos do passado, inclusive Marx, isso parte da realidade identificada pelas lideranças que são capazes de captar o destino que um povo precisa. Nós precisamos levar adiante este desafio.

Eu faço aqui o desafio a todos nós, me incluam como parte dessa base: vamos procurar qual é a causa comum que unifica o nosso movimento. Qual é a causa comum que vai dizer que somos iguais mesmo com siglas diferentes, até porque o maior de todos os saltos sociais que a gente deu, incompleto como todos os que o Brasil fez – a abolição da escravidão – não foi feito por nenhum dos partidos, foi feito por uma causa comum que existiu naquele momento. Foi capaz de unir partidos diferentes, militantes de diferentes siglas numa causa comum. Essas siglas aqui não vão desaparecer, elas não vão se unificar e não dá para ter mais nenhuma nova sigla porque a gente já tem bastante; o que vai nos unificar é dizer que as nossas diferenças são menores que o nosso eixo de condução para construir um povo onde quebreemos esse apartheid que existe no Brasil, aonde o muro da desigualdade será derrubado e o muro do atraso será derrubado; aonde o país derrubar o muro da desigualdade fazendo com que todos sintam-se parte de uma mesma família, e derrubar o muro do atraso dizendo que nós estamos ingressando com a civilização na ética, na paz, na segurança do emprego. Esse é um dos muros construídos pela elite, mantidos pela elite, sem os quais a elite não sobrevive; esses dois muros ao meu ver só serão derrubados por uma escola com a mesma qualidade para todos os brasileiros.

Discutamos como fazer, mas nos unifiquemos, a escola do filho do trabalhador igual à escola do filho do patrão. Porque no dia em que a gente conseguir isso, o resto dos problemas brasileiros será resolvido, inclusive a revolução posterior, a revolução última, a utopia que a gente deseja e não sabe desenhar hoje, esses meninos, filhos dos trabalhadores, quando estudarem nas boas escolas eles vão saber definir qual é a utopia que a gente não está sabendo deixar para eles.

Parabéns a nós que estamos aqui, nós todos, parabéns porque nós somos diferentes, nós ainda sonhamos e nós sabemos o nosso lado, o lado do povo, o lado do futuro, só nos falta ter com clareza uma causa comum. E eu espero que sejam encontros como esse que façam surgir essa causa. Eu estou otimista quando vejo uma reunião como essa.”

**Jô Moraes**, líder do PC do B na Câmara dos Deputados – “Os dirigentes partidários já colocaram o que representa os desafios desta jornada das campanhas por um Brasil mais justo. Evidentemente que cabe a nós, líderes desta casa, nos transformarmos em instrumentos regimentais legais da força transformadora que cada um e cada uma de vocês trazem das ruas na mobilização em torno dessas reformas. Não é uma pauta à parte, nós temos absoluta certeza que se soma a essa pauta das reformas progressistas alguns desafios maiores que nós não podemos esquecer, sobretudo aqueles que entram o desenvolvimento do país: a questão da alta taxa de juros, apesar da sua queda, a questão do superávit primário, a necessidade de termos metas para o controle inflacionário, e para a criação de emprego. São muitos os desafios que este novo ciclo que se iniciou com a eleição do presidente Lula nos trouxe, a construção de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, com distribuição de renda, que é a constituição de um Estado forte, indutor do desenvolvimento, mas sobretudo, que é a construção daquilo que nós estamos realizando aqui, que é um núcleo de convicções que compreende que para enfrentar os desafios do desenvolvimento no país a unidade em torno de uma plataforma mínima é fundamental. Para nós, queríamos apenas dizer que nos ressalta dois aspectos fundamentais dessa reforma: em primeiro lugar, a reforma política, e nós aqui, o senador Cristovam Buarque demonstrou o sentimento dele de uma certa frustração, nós aqui na Câmara sabemos perfeitamente o quanto foi frustrante os desafios de tentar construir uma reforma política que democratizasse, que fortalecesse e que desse transparência à estrutura política brasileira. Mas, essa reforma política só virá de fora para dentro, com a ação de vocês em cada local para que se constitua convicções e pressão em torno desta casa.

Queria, por último, ressaltar que este desafio que todos os dirigentes aqui colocaram sobre a reforma tributária, também precisa de uma intensa mobilização da sociedade. Nós não podemos nos limitar à reforma tributária, como alguns colocam aqui, que nós vamos tratar da unificação de impostos ou de tributos. Nós queremos muito mais dessa reforma tributária, nós não podemos nos fixar na compreensão de que aquela reforma que pode atingir cada trabalhador e cada trabalhadora seja deixada à parte, como é a grande bandeira das centrais sindicais que alteraram as alíquotas do imposto de renda como parte da construção de uma justiça tributária tão necessária.

E concluo dizendo, deputado Berzoini, nós tivemos uma grande derrota o ano passado, uma derrota que não foi legislativa, tributária do governo, foi uma derrota do projeto de

desenvolvimento que estava em construção no país, e que foi alicerçada por mentira, por falsidades fazendo com que a sociedade imaginasse que a CPMF não era este justo imposto que quem ganhava menos pagava menos e quem ganhava mais pagava mais. Temos um desafio que é agora, e nós temos que regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas, sobre a herança, e, quem sabe, vamos criar um instrumento que possibilite que o que nós perdemos na CPMF para a construção do Plano de Aceleração da Saúde possa vir através da penalização daqueles que usufruem desse país, que sugam esse país através dos tributos, que é fundamentalmente o sistema financeiro.

Cumprimento cada um e cada uma que está aqui e tenho a certeza que nós trazemos aqui, senador Cristovam Buarque, a absoluta convicção que somos capazes de nos unir em torno de um projeto de desenvolvimento que leve este país a dias melhores.”